

A GÊNESE DO DISCURSO DO SEMI-ÁRIDO OU SERTÃO NORDESTINO: SUB-REGIÃO PROBLEMA¹

Aretuza Candeia de Melo²

“O mal que deve ser atacado não é o pecado, o sofrimento, a peste ou qualquer outra consequência da pobreza, mas a própria pobreza” (Bernard Shaw).

Introdução

É ponto pacífico que regiões semi-áridas caracterizam-se pela escassez de precipitações atmosféricas, que provocam um déficit na relação entre estas e a perda da umidade quer pelo escoamento fluvial, quer pela evaporação. Daí, alguns estudiosos procurarem caracterizar o semi-árido em função da quantidade de chuvas caídas na região, esquecendo que o indicador deve ser comparado com outros fatores, como a distribuição das chuvas durante o ano, a formação geológica, com dominância de rochas sedimentares ou cristalinas, a inclinação do relevo dentre outros.

O Sertão nordestino é uma região geográfica caracterizada pela presença de clima semi-árido, vegetação de caatinga, irregularidade de chuvas, solos secos e rios intermitentes ou temporários. O sertão nordestino compreende as áreas mais secas e distantes do litoral leste do Brasil.

No interior do país, nas vastas áreas do Sertão nordestino brasileiro, fatores históricos, sociais e econômicos, aliados às características de clima e vegetação, determinam fortes contrastes na paisagem nordestina e no nível de vida da população. Entre os aspectos de natureza físico-geográfica típicos da região, o fenômeno das secas constitui verdadeiro flagelo, responsável pelo permanente êxodo dos sertanejos.

O problema das secas no semi-árido nordestino é um dos maiores desafios enfrentados pela região Nordeste e pelo o Brasil, ao longo de toda sua história. De origem antiga, a questão veio-se agravando à medida em que se adensava a ocupação humana, quando o regime de chuvas é irregular e as precipitações médias anuais são bem inferiores às do território brasileiro, gerando problemas relacionados as atividades econômicas.

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História Local Para Além das Fronteiras: Fontes de Pesquisa e Metodologia Aplicada”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Licenciada em Geografia pela Fundação Francisco Mascarenhas – Patos/PB. Mestre em Geografia (Regionalização e Análise Regional) pela Universidade Federal de Pernambuco – Recife/PE. Professora da Universidade Estadual da Paraíba – Campina Grande/PB.

Região(ões) Nordestina(s)

O Nordeste, uma das grandes regiões geográficas do Brasil, é a região que conta com o maior número de unidades federativas, abrange nove Estados - Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, como pode ser visto no Mapa.



Mapa 01: Divisão Político-Administrativo da Região Nordeste
Fonte: IBGE. Geografia do Brasil - Grande Região Nordeste do Brasil, 2001.

A sua posição geográfica é privilegiada, ocupando a porção norte-oriental do Brasil, entre 1° e 18°30' de latitude Sul e 34°30' e 40°20' de longitude Oeste de Greenwich. Sua área, que é de 1.219.021,50 Km² (IBGE, 2001), equivale a aproximadamente 18% do território nacional, é a região para a qual convergem as atenções do continente americano, pelo conjunto e gravidade dos seus problemas sócio-econômicos.

Para Suassuna (2002), o semi-árido brasileiro se estende por uma área que abrange a maior parte de todos os estados da região Nordeste (86,48%), a região setentrional do Estado de Minas Gerais (11,01%) e o norte do Espírito Santo (2,51%), ocupando uma área total de 974.752 Km². O semi-árido brasileiro é um dos maiores, mais populosos e também mais úmidos do mundo. Vivem nessa região mais de 18 milhões de pessoas, sendo 8 milhões na área rural. A precipitação pluviométrica anual é de 700-800mm, em média. Em condições normais, chove mais de 1.000mm. Na pior das secas chove, pelo menos 200mm, o suficiente para dar água de qualidade a uma família de cinco pessoas por um ano.

Devido a condicionamentos históricos, a ocupação desse grande espaço territorial processou-se sob a forma de sucessivas reproduções dos padrões de ocupação de regiões mais úmidas. Ao gradual povoamento das regiões úmidas litorâneas, seguiu-se o próprio

crescimento demográfico do semi-árido, pela contínua exigência de novas terras para atividades agropecuárias, com nítida predominância de produção para exclusivo auto consumo.

Culturalmente ligadas às suas origens mais remotas em terras úmidas, as populações da faixa semi-árida conseguiram conquistar a região e consolidar sua ocupação, mas o fizeram reproduzindo e adaptando hábitos e métodos de trabalhos adequados a características climáticas diferentes.

A região Nordeste é uma região heterogênea com várias sub-regiões distintas que, de acordo com as características naturais e sócio-econômicas, está dividida em quatro zonas fisiográficas, cujas características físicas condicionam o tipo de povoamento e as atividades econômicas predominantes:

- Zona da Mata – deve seu nome à Mata Atlântica que a recobriu, é uma faixa litorânea de 100 a 200 Km de largura, que se estende do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia. Engloba o litoral do Nordeste e é a sub-região de maiores densidades demográficas. Nessa zona localiza-se a imensa maioria da população nordestina, assim como suas principais metrópoles: Salvador, Recife e Fortaleza. Possui um clima tropical úmido, bons solos para a agricultura (especialmente o massapé) e desde a época colonial conhece um predomínio de grandes propriedades monocultoras voltadas para a agroindústria açucareira. Aparece também, na extremidade meridional desta zona, na porção sudeste da Bahia, a chamada “Zona Cacaueira”, que engloba as cidades de Ilhéus e Itabuna e onde a atividade econômica mais importante é o cultivo de cacau.
- Agreste – corresponde a uma zona de transição entre o Sertão e a Zona da Mata, constituída por uma estreita faixa de terra que se estende do Rio Grande do Norte aos planaltos da Bahia, de altitudes mais ou menos elevadas (500-800m) por se localizar no Planalto da Borborema e na Chapada Diamantina. Possui clima semi-árido em sua parte ocidental e clima tropical na sua porção oriental, onde chove mais por receber ventos úmidos provenientes do Oceano Atlântico. A atividade econômica predominante é a policultura, aliada à pecuária leiteira semi-intensiva. Localizam-se no Agreste algumas importantes cidades comerciais do Nordeste, como Feira de Santana (BA), Caruaru (PE) e, sobretudo, Campina Grande (PB).
- Sertão – Abrange cerca da metade, ou pouco mais, da área da região Nordeste, mais precisamente o interior dos estados nordestinos, chegando até o litoral do Ceará e Rio Grande do Norte. O sertão chega a extrapolar os limites da região Nordeste, abrangendo municípios do norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. É a sub-região do clima semi-árido, da vegetação das caatingas e da pecuária extensiva de corte, além de ser a zona mais escassamente povoada da região Nordeste.

- *Meio-Norte* – como o próprio nome já o diz, trata-se de uma área próxima à região Norte e com características tanto da Amazônia (porção noroeste do Maranhão, com clima equatorial e florestas), como do Sertão nordestino (a maior parte do Piauí); é uma transição entre a Amazônia e o Nordeste propriamente dito, incorporando peculiaridades das duas áreas. Possui também zonas de transição como a denominada “*Mata dos Cocais*”, com o predomínio dos babaçuais, no vale dos rios Mearim, Grajaú e Itapecuru, no Maranhão, além do vale do rio Parnaíba, que serve de divisa entre o Piauí e o Maranhão.

O Nordeste do Brasil é talvez a região do país sobre a qual mais se escreveu até hoje. Ao longo da história, a região tem sido tratada como uma questão a ser resolvida – a questão Nordeste –, ganhando o estigma de “*região problema*”, já que guarda em seu conjunto os piores índices de desenvolvimento econômico e social do país. Ao lado disso, a região possui características naturais singulares no Brasil, tendo em boa parte de seu território a ocorrência do clima semi-árido. Característica natural deste clima, a seca compõe o principal elemento do imaginário regional veiculado e difundido nacionalmente através dos meios de comunicação e da bibliografia acadêmica (RIBEIRO, 1999).

Esta é uma das faces do Nordeste que chega às plagas do Sul. A face da desolação. Do sofrimento. Da pobreza. O atraso econômico-social. E chega de forma variada: na síntese da poesia. No lamento do baião; na magia multicolorida da televisão; ou na voz política débil de quem aparentemente sempre teve mais que pedir do que oferecer à grandeza do país (MAGALHÃES, in.: PENNA, MAURA, 1992: 17).

Ribeiro (1999), ressalta que na maior parte destes trabalhos, além da ligação forte entre a sociedade e a natureza, esta última é trabalhada discursivamente como a causa principal do atraso regional. A seca, bem como a escassez de água no semi-árido, são apontadas, na maioria dos discursos, como as grandes responsáveis pela miséria que atinge a região sertaneja.

O Nordeste tem como marca referencial, pela qual formam-se sobre ele os estereótipos, o problemático e relativamente superpovoado “*Polígono das Secas*”, abrangendo 72% da área da região, onde vivem cerca de 30 milhões de pessoas, com uma densidade populacional de 31 hab./Km², enquanto a densidade populacional brasileira põe-se em torno de 20 hab./Km² (DIAS, 1999).

O *Polígono das Secas* compreende a área do Nordeste brasileiro, reconhecida pela legislação, como sujeita à repetidas crises de prolongamento das estiagens e, conseqüentemente, objeto de especiais providências do setor público. Constitui-se o Polígono das Secas de diferentes zonas geográficas, com distintos índices de aridez. Em algumas delas, o balanço hídrico é acentuadamente negativo, onde somente se desenvolve

a caatinga hiperxerófila sobre solos delgados. Em outras, verifica-se balanço hídrico ligeiramente negativo, desenvolvendo-se a caatinga hipoxerófila.

Existem também áreas no Polígono das Secas, de balanço hídrico positivo e presença de solos bem desenvolvidos. Contudo, na área delimitada pela poligonal, ocorrem, periodicamente, secas anômalas que se traduzem na maioria das vezes em grandes calamidades, ocasionando sérios danos à agropecuária nordestina e graves problemas sociais.

A área de abrangência do Polígono das Secas, segundo a Resolução nº 11.135 do Conselho Deliberativo da SUDENE, compreende uma área de 1.084.348,2 km², correspondentes a 1.348 municípios, distribuídos pelos Estados do Piauí (214), Ceará (180), Rio Grande do Norte (161), Paraíba (223), Pernambuco (145), Alagoas (51), Sergipe (32), Bahia (256) e Minas Gerais (86). A respeito da área de abrangência do *Polígono das Secas*, a seguir, são apresentados no *Quadro 01*, os estados, o número de municípios, a área e a população de cada desses territórios.

Quadro 01: Polígono das Secas

Estados	Nº de Municípios	Área (km ²)	População (hab)		
			Total	Urbana	Rural
Piauí	214	233.746,9	2.629.119	1.537.120	1.091.999
Ceará	180	144.245,7	6.711.193	4.673.233	2.037.960
Rio Grande do Norte	161	51.347,5	2.510.395	1.831.902	678.493
Paraíba	223	56.584,7	3.295.320	2.238.360	1.056.960
Pernambuco	145	90.504,5	3.571.941	2.048.380	1.523.561
Alagoas	51	14.782,1	927.259	449.818	477.441
Sergipe	32	13.268,2	536.840	267.872	268.968
Bahia	256	357.820,2	6.125.298	2.957.021	3.168.277
Minas Gerais	86	121.490,9	1.368.543	838.513	530.030
Total	1.348	1.083.790,7	27.675.908	16.842.219	10.833.689

Fonte: SUDENE - Resolução nº 11.135/97
(Área Municipal, 1997 - FIBGE e Contagem da População, 1996 - FIBGE).

O Polígono das Secas foi criado pela Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936. A lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959, que criou a SUDENE, decreta em seu Art. 1º, Parágrafo 2º, que a área de atuação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) abrange, além dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, a zona de Minas Gerais compreendida no Polígono das Secas.

Em 11 de dezembro de 1968 o Decreto-Lei de nº 63.778, delegou à SUDENE a competência de declarar, observada a legislação específica, os municípios pertencentes ao Polígono das Secas. Com a Lei nº 9.690 de 15 de julho de 1998, a área de atuação da SUDENE incluiu os municípios do Vale do Jequitinhonha e o norte do Espírito Santo. Atualmente, a SUDENE compreende uma área de 1.760.661,3 km², e 1.954 municípios

existentes em 1997, onde aparece a vegetação de caatingas, com baixos índices de pluviosidade, com a ocorrência periódica de secas. Os solos apresentam pequena espessura, mal recobrem o substrato rochoso. A população é menos densa, e exerce atividades econômicas significativas na pecuária extensiva. Em 19 de dezembro de 1997, o Conselho Deliberativo da SUDENE, através da Resolução nº 11.135, atualizou a relação dos municípios pertencentes ao Polígono das Secas, incluindo aqueles que foram criados por desmembramento até janeiro de 1997 (BRASIL, 2004).

A seca, causada pela forte variação da dispersão espacial e interanual da precipitação pluviométrica anual média de 700-800mm, sobre a qual se abate uma forte insolação e a ação dos contínuos ventos alísios, produz efeitos devastadores (CAMPELLO, 1985). A vulnerabilidade climática na forma da forte aleatoriedade do regime pluvial faz da região do Polígono das Secas uma área muito especial quanto aos resultados do trabalho aplicado à terra e quanto à forma ideal de sobre ela trabalhar.

Semi-Árido ou Sertão: sub-região problema do Nordeste

No Nordeste, o semi-árido se estende desde o Maranhão, ao norte, até Minas Gerais ao sul, ora com maior ora com menor largura. Ela é limitada ao leste pela chamada Zona da Mata que vai do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, tendo sido coberta, no passado, por uma floresta tropical (Mata Atlântica) com características bem diversas das da floresta Amazônica. Esta floresta está praticamente destruída em consequência da ocupação da área litorânea e da expansão de culturas de exportação, como a cana-de-açúcar e o cacau. Ao oeste o semi-árido se expande até o Maranhão, quando é substituído por um clima úmido que vai se tornando cada vez mais úmido à proporção que se caminha para a floresta Amazônica (GTDN apud BACELAR, 1994).

A respeito da área de abrangência do *semi-árido*, a seguir, são apresentados no *Quadro 02*, os estados, o número de municípios, a área e a população de cada desses territórios.

Quadro 02: Semi-Árido

Estados	Nº de Municípios	Área (km ²)	População (hab)		
			Total	Urbana	Rural
Piauí	109	126.274,4	805.250	310.170	495.080
Ceará	134	82.294,6	3.450.711	1.889.496	1.561.215
Rio Grande do Norte	140	48.443,0	1.418.575	918.969	499.606
Paraíba	170	48.788,9	1.917.961	1.150.193	767.768
Pernambuco	118	85.979,9	2.971.066	1.675.432	1.295.634
Alagoas	35	11.941,7	741.183	380.100	361.083
Sergipe	28	11.038,5	354.404	187.793	166.611
Bahia	257	388.567,9	6.222.175	3.025.285	3.196.890
Minas Gerais	40	54.670,4	585.372	298.368	287.004
Total	1.031	857.999,3	18.466.697	9.835.806	8.630.891

Fonte: SUDENE - Portaria nº 1.182/99 (IBGE e Contagem da População, 1996).

Não se pode admitir uma certa uniformidade para o semi-árido nordestino, uma vez que condições meteorológicas, geológicas e morfológicas provocam modificações nas suas diversas áreas, havendo trechos em que o clima pode ser considerado como semi-úmido e trechos onde pode ser considerados como semi-árido. Suassuna (2002) ressalta, que a chuva é má distribuída física e temporalmente. Devido às características climáticas da região, o Nordeste possui um dos maiores índices de evaporação do Brasil, o que torna os reservatórios de água pouco profundos inúteis em épocas de seca.

Além disso, a água dos barreiros e açudes, baixadas onde se acumula a chuva, é geralmente poluída e cheia de vermes. Essa água é responsável por grande parte das doenças do sertão: amebíase, diarreia, tifo, cólera. Mas, a região não é um deserto e suas características estão muito distantes de permitir a caracterização de suas perturbações sociais como aquelas que, com frequência, se abatem sempre sobre esse tipo de paisagem. Antunes (1980), afirma que na verdade, o imenso “*Polígono das Secas*” brasileiro, três vezes mais extenso que a Itália e com duas vezes mais habitantes que a Venezuela, é um arquipélago composto de muitas ilhas semi-áridas e outras com condições normais e até mesmo ideais para o desenvolvimento econômico e a sobrevivência social, sem traumas. A região recebe normalmente vinte vezes mais quantidade de chuvas que as que atingem os desertos, hoje semi-recuperados, de Israel, Estados Unidos e África do Sul (Saara).

O semi-árido brasileiro possui características próprias, com peculiaridades há muito tempo conhecidas. Algumas transcrições de estudiosos a respeito da temática demonstram claramente as dificuldades vivenciadas pelos sertanejos e sertanejas, o descaso e o conseqüente agravamento das vicissitudes. Esta porção significativa do território nacional carece há séculos de políticas públicas eficientes e que tratem da questão das secas periódicas de maneira permanente, com a participação efetiva dos atores que vivenciam sua realidade, para assim, viabilizar uma vida digna às famílias sertanejas (DIAS, 1999: 27).

O semi-árido ou Sertão nordestino é uma das maiores regiões geográficas do Nordeste brasileiro, e onde se vem desenvolvendo, secularmente, uma pecuária extensiva. Condições particulares de solo que são rasos, pedregosos e secos, e a água que condiciona uma vegetação tipo xerófila própria da caatinga que, desde o período colonial, foram áreas de domínio da pecuária extensiva em campo aberto, de criação de bovinos e caprinos.

Caracterizado pelo bioma de caatinga, o semi-árido ou sertão sofre com secas periódicas, principalmente pela ausência de gerenciamento adequado dos seus recursos. A sua vegetação natural está sendo rapidamente substituída por sistemas agropastoris que exaurem o solo e provocam processos erosivos, e aceleram os processos de desertificação, ocasionado pelo desmatamento excessivo. A erosão, a seca, a salinização do solo, a miséria e a deficiência dos serviços sociais essenciais tornam o semi-árido uma das sub-região do Nordeste brasileiro de mais baixa qualidade de vida, ao lado de algumas áreas da região Norte.

A população da região Nordeste é pouco superior a 47 milhões de habitantes, 35% encontram-se em estado de miséria absoluta, concentrada principalmente no semi-árido (IBGE, 2005). Ao se fazer uma análise do semi-árido nordestino constata-se a pobreza da maioria de sua população. A pobreza que domina a região é o resultado de uma série de fatores que confluem para dificultar e entravar um processo natural de desenvolvimento, e que estes fatores são mais de origem política-social do que física.

Ela é comandada por um sistema que beneficia os grupos dominantes que se opõem a qualquer transformação estrutural que possa tocar nos seus interesses e que até se beneficia do flagelo das secas, captando verbas que dinamizam os seus negócios e consolidam o seu poder político. Daí o apoio que dão a toda e qualquer ação que vise modernizar as relações econômicas e sociais até o ponto que esta ação não transforme as estruturas sociais, mas ao contrário, que as dinamize e as torne mais resistentes às mudanças.

A pobreza é útil ao grupo dominante para obter mais recursos e favores oficiais, em uma Federação em que as regiões mais ricas se beneficiam do crescimento econômico das mais pobres. Estes grupos dominantes têm interesses que coincidem com os das regiões hegemônicas do país, de vez que atuam como intermediários e como prepostos dos grupos nacionais mais fortes e das transnacionais e que empregam os seus capitais nas áreas mais ricas, onde obtêm um retorno do capital empregado, mais rápido e seguro (BACELAR, 1994: 47).

Para Bacelar (1994), há, assim, no plano nacional, uma semelhança com o que ocorre no plano internacional entre os grupos dominantes das áreas menos desenvolvidas com os grupos dominantes das áreas dominadoras, que se beneficiam da exploração das áreas mais pobres.

O sistema “*desenvolvimentista*” implantado provoca, naturalmente, uma acentuação da pobreza e da dominação que se exterioriza em uma série de aspectos que são: o

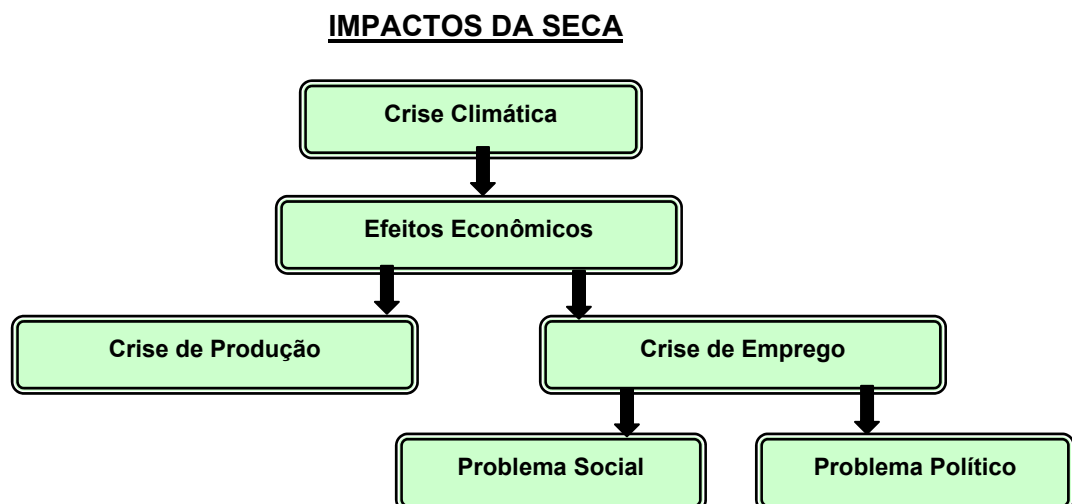
esvaziamento do campo (a estrutura fundiária de latifúndios vem, ao longo das décadas, agravando o quadro), o crescimento patológico das cidades, o desrespeito ao meio ambiente, a dilapidação dos recursos naturais, a desvalorização da cultura regional dentre tantos outros.

Apolíticas Governamentais no Semi-Árido Nordestino

No Nordeste brasileiro, as secas assumem um caráter endêmico e calamitoso há longa data, repetindo-se com tal constância a irregularidade das chuvas, que já cogitou inclusive, a hipótese de surgirem em períodos cíclicos regulares. Afetando mais drasticamente dez estados da federação, do norte de Minas Gerais ao sudoeste do Maranhão, além do enorme drama que representa para as populações locais, as repercussões se fazem sentir, indiretamente, para além de suas fronteiras.

O problema do Nordeste se não tem, talvez, a gravidade da desertificação das áreas africanas, nos dias atuais, e a médio prazo, de zonas áridas norte-americanas, é bem semelhante, pois se aqui existe água subterrânea, fluvial e atmosférica, a questão crucial consiste em atingi-la e canalizá-la. A questão das secas que aflige periodicamente o semi-árido nordestino e seus efeitos nefastos à população residente no “*Polígono das Secas*” representa hoje mais de 60% da área total do Nordeste, ultrapassa os efeitos de um determinismo climático, alcançando assim os patamares das decisões políticas.

A seca do Nordeste contribuiu para o surgimento de uma série de projetos – Proterra, Polonordeste, Projeto Sertanejo, Projeto Nordeste, que infelizmente, resultam em fracasso em termos de aplicabilidade. O fato é que, com relação ao problema da seca, existe um mito e uma realidade e, os numerosos estudos feitos até hoje não conseguiram desmistificá-lo e indicar fórmulas que permitam aos nordestinos viverem nas porções semi-áridas da região, sem se tornarem flagelados, quando sobrevém uma seca mais prolongada, como pode ser observado no esquema abaixo dos impactos da seca.



As conseqüências deste impacto ocasionado pela seca começam a avançar de drama social a problema econômica, ocasionado pela falta de investimentos e de interesses políticos dentro da região. Foi esse descaso político que serviu de moldura às sucessivas medidas paliativas tomadas, ao longo do tempo, para enfrentar o problema da população regional. A seca constitui o flagelo, a situação anormal e inesperada, diante da qual só há três opções possíveis: *suportar*, *sucumbir* ou *migrar*. Para os Governos (municipais, estaduais e federal) resta a emergência, a necessidade de fazer algo, rapidamente, para evitar as piores conseqüências, esperando o retorno à suposta normalidade das chuvas regulares.

A seca, quando surge com a dureza dos dias de hoje, jamais cobre toda a área do semi-árido e jamais se repete por anos seguidos sobre cada uma das áreas dessa região. Seus efeitos são sentidos com aguda violência e com catastrófica intensidade apenas porque as populações que habitam a área, mesmo em anos normais, já sobrevivem em limites mínimos de água, nutrição e resistência.

A grande verdade do Sertão é que as migrações cíclicas são mais efeito de uma miséria generalizada e de uma tragédia social, ocasionada pela falta de políticas públicas, do que propriamente desastre causado pela seca.

Com a cíclica persistência de sempre, o Nordeste volta a ser atingido pela violência das secas. Notícias recentes da região..., nos dão conta da calamidade que se abate sobre este miserável polígono e da invasão de cidades por flagelados, que de humanos têm apenas sua aparência. As plantações de feijão murcharam sem esperanças, o milho transformou-se em inútil palha seca e até o resistente algodão inicia o ciclo para uma morte irremediável. O gado, no pressentimento sinistro da morte, já começa a errar sem destino pela caatinga, à cata do que resta de verde, ainda que espinhento. Nas escolas, as crianças buscam menos as lições e mais um minguado lanche, que também começa a deixar de existir (ANTUNES, 1980).

Para Antunes (1980), repete-se, para a insensibilidade do Brasil desenvolvido (Centro-Sul), o drama da indigência desta região sofrida, onde a morte é, nestas épocas, encarada com o fatalismo irresistível de caboclos que aprenderam a descreer da esperança. Mas este fatalismo panteísta do caboclo, cansado de promessas inúteis, em hipótese alguma pode ser acompanhada por igual tendência de nossas autoridades governamentais. A seca nordestina não é problema insolúvel e o espectro de seus efeitos existe apenas porque falta decisão firme e coerente na busca real de suas causas e na obstinada certeza de suas soluções.

O Nordeste semi-árido precisa ser prioridade permanente das metas sociais do Governo. Uma atuação constante sobre o flagelo não pode construir-se em pautas eventuais de períodos difíceis. Em termos definitivos, a falta de água representa apenas um componente da miséria generalizada – componente capaz de afetar a produção econômica da região, mas capaz de atuar como fator de expulsão de flagelados que nada mais têm a perder.

Percebe-se que a imagem da sociedade sertaneja configura-se com a imagem da miserabilidade, da indigência, pessoas sem valor humano, que se sucederam através de

sua história evolutiva a marca das perdas culturais, sociais, econômicas, humanas e afetivas, nas quais se encontram submisso a outras sociedades mais desenvolvidas dentro do próprio território nacional, quando muitas se acham superiores.

Andrade (1993), afirma que existem pessoas que lastimam que o Governo Federal aplique recursos no semi-árido nordestino, nos períodos de seca, e na sua política de desenvolvimento, considerando uma perda destes recursos e que defendem naturalmente os mais extremados – até o esvaziamento demográfico da região. Assim, Andrade, relata o descaso da população brasileira em relação a população do Nordeste, como pode ser observado na citação descrita pelo mesmo:

A imagem do Nordeste, nas áreas mais ricas do país, é falsa e deprimente. Geralmente se admite que o Nordeste é uma região pobre, habitada por pessoas mal alimentadas, carentes, pouco educadas e com baixos índices intelectuais. É lembrada sempre a presença de nordestinos pobres que viajam para as grandes cidades para trabalhar nas atividades não-qualificadas e de baixa remuneração. Chega-se até a atribuir aos nordestinos a sujeira e a insegurança das grandes cidades do Sudeste.

Eles esquecem que estes nordestinos pobres que migram para o Sudeste e hoje também para o Centro-Oeste e Norte vão fornecer a força de trabalho necessária ao desenvolvimento destas regiões e, se levam com eles a sua pobreza, a sua miséria, levam também o trabalho que viabiliza o desenvolvimento e contribui para a construção da riqueza das regiões mais desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento.

...Esquecem que o Nordeste, com uma população superior a trinta milhões de habitantes, mesmo com baixa renda per capita, é um grande consumidor dos produtos industriais e de alimentos destas regiões que não teriam condições de concorrer no mercado nordestino se a região pertencesse a outro país (ANDRADE, 1993: 58-59).

Andrade (1993), ainda enfatiza que a integração do Nordeste ao Brasil como um todo, sobretudo no momento em que também são integrados ao todo nacional regiões subpovoadas e em processo de ocupação, como o Centro-Oeste e a Amazônia, é um imperativo do próprio desenvolvimento nacional, que se baseia não só em razões políticas como também em razões sociais e econômicas.

Os Ministérios do Interior, das Cidades, da Integração, das Minas e Energia, da Agricultura, da Indústria e do Comércio, da Previdência Social, da Educação, da Saúde necessita de um planejamento homogêneo capaz de atirá-los com ímpeto na rendição da miséria, caminho mais curto e mais objetivo de combate à calamidade das secas.

Com base nos conhecimentos de Antunes (1980), deve-se propor uma reorganização global da estrutura fundiária desta área, que hoje se encontra estagnada, contrarie a quem contrariar, precisa ser imediatamente colocada em prática, ainda que para isso seja preciso esquecer que muitos latifundiários os importantes “*coronéis políticos*” regionais e que a oligarquia ainda medieval na região sustenta sólidas posições situacionistas.

Algo precisa ser feito no sentido de se obter uma “*convivência com a seca*”, dado que as estiagens compõem o próprio quadro natural da maior parte do Nordeste. Vários países

suplantaram, há muitas décadas, problema idênticos aos hoje encontrados no semi-árido nordestino. E não se trata de convivência com a resignação. Trata-se, ao invés, de superação.

Constata-se que os esforços governamentais feitos até agora não conseguiram criar, na economia do semi-árido nordestino, condições de efetiva resistência à estiagem. E o problema ganha novas dimensões devido à escala demográfica alcançada pelas regiões sujeitas à seca. As estiagens prolongadas continuam a produzir o que produziam antes: perda de lavouras e animais, fome, desemprego, retirantes, pressão sobre os centros urbanos, desestímulo geral e migração crescente.

É indispensável termos um visão abrangente de soluções para a seca. Não há solução exclusiva para a mesma. A superação das dificuldades causadas pelo fenômeno das secas e a concretização de modos harmoniosos de convivência, sem conseqüências desastrosas, dependem, obviamente, da execução de uma política de desenvolvimento regional coerente, fundamentada em estratégia de ação adequada.

Considerações Finais

A questão do semi-árido nordestino é a um só tempo, uma questão regional e nacional, no qual observa-se a existência de desníveis sociais e econômicos entre as várias áreas de seu território e, muitas vezes, ressentimentos e rivalidades políticas (ANDRADE, 1993). Os gestores das instâncias regional e nacional expõem que é a seca a grande responsável pela miséria e pelo subdesenvolvimento do semi-árido, assim como os problemas desta área não ficam limitados ao seu perímetro geográfico.

A desertificação é outro fenômeno que assola a região do semi-árido brasileiro, que nessas últimas décadas vem gerando riscos evidentes e graves, reduzindo a fertilidade dos solos, provocando perdas de produtividade da produção agrícola, principalmente, a de subsistência. Contribuindo para a insegurança alimentar, a fome a pobreza e dando origem a tensões sociais, econômicas e políticas que, por sua vez, agravam-se a pobreza e a degradação dos solos.

Conclui-se que os pobres das zonas rurais são particularmente os mais vulneráveis, sobretudo onde os índices de pluviosidades são mais baixos, intensificando-se ainda mais o processo migratório para áreas da própria região, bem como, movimentos intra-regionais. As desigualdades de desenvolvimento sócio-econômico do semi-árido através das quais as áreas mais desenvolvidas controlam esta região. A questão do semi-árido nordestino é sobretudo, de vontade e de decisão política, não são simplesmente climáticas, conjunturais, são sobretudo, estruturais.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. *O Nordeste e a Questão Regional*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.
- ANTUNES, Celso. *DCI – Diário Comércio e Indústria*. São Paulo, 28/05/1980.
- BACELAR, Tânia (Org.). *O GTDN: da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional*. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 1994.
- BRASIL. Ministério do Interior/ADENE (2004). Polígono das Secas. http://pageservernt.sudene.gov.br/isapi/sig/Conceitos_poligono.htm. Acesso: 29/02/2004.
- CAMPELLO, Sebastião Barreto Nordeste – *Quatro Séculos de Exploração*. Recife: Comunicarte, 1985.
- DIAS, Adriano Batista. Seca e Determinismo Nordestino. In.: *Anais do Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste*. Escola de Engenharia de Pernambuco. Recife-PB: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Região Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativa Populacional*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- PENNA, Maura. *O Que Faz Ser Nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992.
- RIBEIRO, Rafael Winter. Seca e Determinismo: a gênese do discurso do Semi-árido nordestino. *Anuário do Instituto de Geociências*. Vol. 22. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- SUASSUNA, João (2002). Semi-Árido: proposta de convivência com a seca. <http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/js070202.html>. Acesso: 04/03/05.
- SUDENE. *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Resolução nº 11.135/97*. (Área Municipal, 1997 e Contagem da População, 1996). Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- SUDENE. *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Portaria nº 1.182/99*. (Área Municipal, 1997 e Contagem da População, 1996). Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

RESUMO

O presente artigo consiste de uma análise empírica sucinta do semi-árido nordestino, também conhecido como Sertão, concernente ao quadro físico, econômico, social, político e regional. Tendo como objetivo focar a trajetória recente, as características atuais e as perspectivas das atividades desenvolvidas na região e sua inserção no contexto regional, destacando, também, alguns efeitos sociais das mudanças recentes. Do ponto de vista político-administrativo o Nordeste brasileiro é a região mais dividida do país e está longe de ser homogeneamente desenvolvida. Nesta região encontra-se o Sertão nordestino caracteriza-se pelo predomínio do clima semi-árido, com ocasionais períodos de estiagem, razão pela qual essa região é também conhecida como "Semi-Árido" ou "Polígono das Secas". A pecuária é, ainda hoje, a sua principal atividade econômica, na qual experimenta grandes descompassos setoriais no processo de desenvolvimento. Tem muita desigualdade para uma população que é de quase um terço da população do país.

Palavras-Chave: Semi-árido, Sertão, região, desigualdade.

ABSTRACT

The present article consists of a brief empiric analysis of the Semi-arid Northeasterner, also known as Interior, regarding the picture physical, economical, social, political and region. Tends as objective focuses the recent path, the current characteristics and the perspectives of the activities developed in the region insert in the region context, highlighting, also, some social effects of the recent changes. Of the political-administrative point of view the Brazilian Northeast is the divided area of the country and it is far away from being developed homogeneous. In this region he/she is the Northeastern Inland it is characterized by the prevalence of the semi-arid climate, with occasional drought periods, reason for the which that region is also known as "Semi-arid" or "Polygon of the Droughts". The livestock is, still today, your principal economical activity, in the which tries great sectorial descompassos in the development process. He/she has a lot of inequality for a population that is of almost a third of the population of the country.

Keywords: Semi-arid, Inland, region, inequality.